Revista do Tribunal Superior do Trabalho

vol. 89 nº 4 out/dez 2023



Apresentação

Apresentamos ao público o volume 89, n. 4, relativo ao trimestre de outubro a dezembro de 2023, da *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*. A edição é composta de artigos submetidos ao fluxo contínuo de avaliação de nossos pareceristas. A submissão de textos pode ser feita por meio do endereço eletrônico revista@tst.jus.br*.

Este volume abre com artigo de Guilherme Ritzel e Paulo Vinícius Coelho em que se destaca a formação da CLT diante das circunstâncias históricas que resultaram na sua criação. O texto mostra como muitas das críticas feitas à CLT se baseiam em conclusões falsas e equivocadas, já que tais críticas desconsideram as mudanças legislativas ocorridas nas últimas oito décadas em nosso país.

Cristiane Kunz e Sidnei Machado tratam em seu artigo do controle do tempo como medida das alterações mais importantes e elemento essencial no contexto da hibridização das relações juslaborativas.

O artigo de Tanyse Galon *et al.* busca identificar os impactos da pandemia de covid-19 para a saúde mental dos profissionais de enfermagem em contextos hospitalares, segundo os próprios trabalhadores.

Ana Paula Saladini e Sandra Assad abordam em seu texto a questão da limitação do atual desenho normativo brasileiro em relação às licenças parentais. O artigo examina os fundamentos dos métodos necessários para proceder a uma comparação de sistemas jurídicos, relata o tratamento dado pelos direitos português e brasileiro aos afastamentos do trabalho por pais e mães para atendimento aos filhos nos primeiros meses de vida e realiza um confronto dos sistemas jurídicos.

O artigo de Francisco Gérson de Lima e Hélio Hissa Filho analisa a Lei nº 14.611/2023 como instrumento para garantir igual salário para profissionais de ambos os sexos, considerando a isonomia salarial entre homens e mulheres um direito humano e fundamental.

Islane Martins, Bernardo Nogueira e Raquel Oliveira apresentam em seu texto os direitos que os portadores do transtorno do espectro autista possuem e os desafios para a introdução desses trabalhadores no mercado laboral brasileiro.

O artigo do ministro do TST Breno Medeiros e Celso Furtado de Oliveira trata do controle de jornada do motorista profissional empregado em face dos avanços tecnológicos produzidos pela Quarta Revolução Industrial.

Ane Elise Gonçalves e Amílcar Teixeira Filho fazem em seu texto uma análise de cenários em face de decisão do STF na ADI nº 5.322 sobre a Lei dos Caminhoneiros (Lei nº 13.103/2015).

---

* Ao final deste volume, o leitor encontra as orientações para a submissão de artigos.

APRESENTAÇÃO

O texto de Patricia Hamano e Lourival José de Oliveira tem por objetivo encontrar formas para atribuir proteção social aos trabalhadores plataformizados. Propõem os autores a equiparação desses trabalhadores ao trabalhador avulso, estendendo-lhes direitos sociais trabalhistas e previdenciários típicos do empregado, com fundamento na valorização do trabalho e na função social da empresa.

Rafaela Boiron aborda em seu artigo a influência da uberização do trabalho na garantia de direitos fundamentais e trabalhistas, e como as jurisprudências nacional e internacional tratam essa matéria. Para tanto, a autora examina a decisão da Suprema Corte do Reino Unido no caso Uber v. Aslam, além de abordar decisões brasileiras envolvendo a empresa Uber.

O artigo de André Gambier formula hipóteses explicativas para as dificuldades que os advogados encontram para aprovação em concursos públicos para a magistratura do trabalho. As hipóteses aventadas são construídas a partir da utilização de evidências empíricas, com destaque para as oriundas do 1º Concurso Público Nacional Unificado para a Magistratura do Trabalho.

Marcos Antônio Silva aborda em seu texto a baixa processual como índice que representa a produtividade, como o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho a conceituam numericamente e como os tribunais podem trabalhar no sentido de melhorar seus índices de produtividade da prestação jurisdicional.

O artigo de Mauricio Salviano analisa as Orientações Jurisprudenciais do TST que tratam de tutela provisória, para verificar se há sintonia com a atual legislação processual, e se estão necessitando ou não de adaptações em seus textos, para a correta aplicação pelas cortes trabalhistas.

Eduardo Camara, Laura Botelho e Maurício de Freitas propõem em seu artigo a observação do fenômeno da ancoragem sobre o valor da causa, contraposto ao valor líquido da execução, para estabelecer um critério objetivo auxiliar no incremento das conciliações.

Fecha esta edição artigo do ministro do STJ João Otávio de Noronha e Carolina Tupinambá que investiga o alcance da responsabilidade trabalhista de sócios, administradores, controladores e acionistas com poder de influência nas empresas falidas ou em recuperação judicial.

Desejamos a todos e a todas uma ótima leitura, na sincera expectativa de que os textos ora apresentados possam despertar reflexões críticas e novas proposições jurídicas para a consolidação da justiça social em nosso país.

Evandro Valadão Pereira Lopes
Ministro Presidente da Comissão de Documentação e Memória